



11/03/2020 a 28/04/2020

Informe Cooperação Internacional - Edição 3/2020 PGR

Covid-19: SCI articula esforços em redes e esclarece questões de órgãos estrangeiros e de organismos internacionais



Secretaria tem atuado em diversas frentes, com interlocutores internacionais, para o enfrentamento da pandemia

Combate à corrupção é tema de série audiovisual lançada mundialmente nesta quarta-feira (15)



Material foi produzido pelo EUROSociAL+ em parceria com o MPF que coordena a Rede Iberoamericana de Procuradores contra a Corrupção da Aiamp

MPF cria grupo de trabalho para auxiliar preparação do Brasil para avaliação do Gafi



O GT irá atuar junto ao Coaf para fornecer informações sobre os riscos da lavagem de dinheiro e do financiamento do terrorismo ao país

NOTÍCIAS DA INTRANET NACIONAL

MPF divulga seminário on-line sobre crimes cibernéticos no contexto da pandemia de covid-19

SCI divulga cursos on-line para membros e servidores sobre enfrentamento da criminalidade global

MPF requisita inquérito policial para investigar expedição missionária em área de índios isolados [Atualizada]

SCI lança versão em português do guia argentino de cooperação internacional

Intercâmbio sobre combate à corrupção dos sistemas de Justiça do Brasil e da França é tema de reunião

[Voltar ao topo](#)

Covid-19: SCI articula esforços em redes e esclarece questões de órgãos estrangeiros e de organismos internacionais



Secretaria tem atuado em diversas frentes, com interlocutores internacionais, para o enfrentamento da pandemia

A Secretaria de Cooperação Internacional (SCI) do Ministério Público Federal (MPF) tem atuado, em diversas frentes, para articular esforços no combate ao novo coronavírus (Covid-19). A Secretaria está em diálogo constante com os órgãos homólogos estrangeiros, por meio das redes das quais participa, atendendo às demandas da cooperação por meio de trabalho remoto, além de prestar esclarecimentos a organismos internacionais acerca do enfrentamento da pandemia no Brasil.

Desde março, a SCI tem realizado importantes gestões junto ao Ministério das Relações Exteriores (MRE) para viabilizar o retorno de cidadãos brasileiros que ficaram em países estrangeiros, após o fechamento de fronteiras e restrições migratórias impostas por diversas nações em decorrência da pandemia. A unidade também atua para resolver a situação de cidadãos estrangeiros mantidos em território brasileiro por restrições ao retorno impostas por seus países de origem. As comunicações recebidas no MPF têm sido transmitidas ao Departamento de Segurança e Justiça do MRE por meio da Divisão de Assistência Consular, com a qual a SCI mantém estreito contato.

Trabalho em redes - A Secretaria também tem dialogado com diversos interlocutores internacionais e instituições de Justiça dos países europeus e latino-americanos sobre experiências e lições aprendidas nos esforços de enfrentamento da pandemia, como, por exemplo, o eixo Justiça do Programa de Assistência da Europa para a América Latina contra o Crime Organizado Transnacional (El PACCTO), por meio da iniciativa [Canal Covid-19](#).

Em outra frente, na última quinta-feira (16), representantes da SCI participaram da

primeira videoconferência dos coordenadores das Redes Permanentes e Grupos de Trabalho da Associação Ibero-americana de Ministérios Públicos (Aiamp), com a presidência e a secretaria-geral da Associação. A reunião teve por objetivo debater os planos para a continuidade do trabalho destes foros em 2020, diante da atual situação causada pela covid-19 e do cancelamento ou adiamento de vários encontros agendados para este ano, em razão das proibições de viagens e restrições de reuniões em vários países.

O Ministério Público Federal, que coordena a [Rede Ibero-americana de Procuradores contra a Corrupção](#), foi representado na videoconferência pelo secretário de Cooperação Internacional, Hindemburgo Chateaubriand, e pela secretária-adjunta Anamara Osório. Foram apresentadas as medidas que vêm sendo implementadas pelo MPF neste período de crise sanitária global, e também foi falado sobre o plano de contingência da Rede coordenada pelo MPF, que está sendo elaborado com o apoio da consultoria do Programa da União Europeia para a Coesão Social na América Latina (Eurosocial+).

REMPM - A XXVII Reunião Especializada de Ministérios Públicos do Mercosul (REMPM), que deverá ocorrer sob a presidência Pro Tempore do Paraguai, está prevista para o fim de maio. O encontro será no formato de videoconferência, para que seja garantida a continuidade dos trabalhos, mas de acordo com as medidas necessárias ao combate da pandemia da covid-19.

Impactos no MPF - Na sexta-feira (17), a SCI encaminhou resposta à consulta feita pelo Grupo de Trabalho Anti-suborno da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (WGB/OCDE), sobre os impactos causados pela pandemia de covid-19 nos trabalhos da instituição. De acordo com a SCI, esse tipo de levantamento possibilita estudos de direito comparado, beneficiando todos os países por meio da troca de experiências.

Nesse sentido, a SCI detalhou a modalidade de teletrabalho adotada, a partir dos sistemas e procedimentos eletrônicos, assim como as ações que têm sido adotadas pelo gabinete do procurador-geral da República, por meio do [Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia \(Giac-Covid-19\)](#), a fim de coordenar estrategicamente as medidas em todos os níveis do MPF em resposta às vulnerabilidades do atual contexto, incluindo a atuação dos procuradores para a garantia do direito fundamental à saúde e acesso aos serviços públicos, bem como a destinação de valores oriundos de atuação judicial e extrajudicial do MPF ao combate à pandemia.

Secretaria de Comunicação Social
Procuradoria-Geral da República
[61\) 3105-6406](tel:(61)3105-6406) / 6415
pgr-imprensa@mpf.mp.br
[facebook.com/MPFederal](https://www.facebook.com/MPFederal)
twitter.com/mpf_pgr
[instagram.com/mpf_oficial](https://www.instagram.com/mpf_oficial)
www.youtube.com/tvmpf

[Voltar ao topo](#)

Combate à corrupção é tema de série audiovisual lançada mundialmente nesta quarta-feira (15)



Material foi produzido pelo EUROSociAL+ em parceria com o MPF que coordena a Rede Iberoamericana de Procuradores contra a Corrupção da Aiamp

Esta quarta-feira (15) foi marcada pelo lançamento mundial da série audiovisual Boas Práticas de Luta Contra a Corrupção (Buenas Prácticas de Lucha Contra la Corrupción), produzido pelo Programa da União Europeia para a Coesão Social na América Latina - EUROSociAL+ em parceria com a Rede Iberoamericana de Procuradores contra a Corrupção da Associação Iberoamericana de Ministérios Públicos (Aiamp), sob coordenação do Ministério Público Federal brasileiro, por meio da Secretaria de Cooperação Internacional (SCI/PGR). O lançamento global do material, que apresenta vídeos das experiências de cada país, ocorreu às 11h, no horário de Brasília.

Ao todo, são 13 vídeos com relatos de procuradores especializados, totalizando 51 minutos de material sobre o combate à corrupção nos diversos países. O primeiro vídeo é um trailer promocional da série, seguido de pequeno vídeo de apresentação da iniciativa, pela consultora do programa EUROSociAL+/[FIIAPP](#), Diana Español. A série complementa [o livro lançado](#) anteriormente.

Os outros 11 vídeos são dos seguintes países: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Espanha, Panamá, Paraguai, Peru, Portugal e Uruguai. Em cada um, os representantes dos Ministérios Públicos comentam sobre experiências bem-sucedidas de combate à corrupção em seus respectivos países.

O Secretário de Cooperação Internacional, Hindemburgo Chateaubriand, enfatiza a importância da iniciativa, cujo formato de fácil acesso auxilia na difusão de importantes ações de combate à corrupção sob a ótica do direito comparado.

No vídeo brasileiro, a subprocuradora-geral da República Samantha Chantal Dobrowolski destaca os institutos da colaboração premiada e do acordo de leniência. De acordo com ela, a colaboração premiada “tem sido de grande ajuda no desbaratamento de alguns fatos delitivos envolvendo organizações criminosas não só vinculadas ao tráfico de drogas ou cartéis para burlar a concorrência, mas também para desbaratar quadrilhas envolvidas com corrupção, um dos grandes motes da Operação Lava Jato”. Ela alerta que é uma técnica especial de investigação na qual o colaborador traz fatos que servem como elementos de prova ou caminhos de prova que permitem que vários outros delitos ou agentes envolvidos em corrupção venham à tona. “Às vezes, é dali que todo um caso se revela”, aponta.

A subprocuradora-geral também explica sobre o acordo de leniência, buscado por empresas envolvidas em ilícitos. Samantha Dobrowolski assinala que, no direito brasileiro, a pessoa jurídica responde de forma civil e administrativa por atos de corrupção. Segundo ela, o acordo de leniência se tornou interessante para as empresas e, dessa forma, se otimiza a reparação do dano, como na aplicação de multas. “Isso tem se revelado bastante útil e atrativo para as empresas, portanto, também, é um meio de defesa”, completa.

Onde assistir - A série está disponível no [Youtube](#) e no site da [EUROsocial+ TV](#).

Secretaria de Comunicação Social
Procuradoria-Geral da República
[61\) 3105-6406](tel:(61)3105-6406) / 6415
pgr-imprensa@mpf.mp.br
facebook.com/MPFederal
twitter.com/mpf_pgr
instagram.com/mpf_oficial
www.youtube.com/tvmpf

[Voltar ao topo](#)

MPF cria grupo de trabalho para auxiliar preparação do Brasil para avaliação do Gafi



O GT irá atuar junto ao Coaf para fornecer informações sobre os riscos da lavagem de dinheiro e do financiamento do terrorismo ao país

O Ministério Público Federal (MPF) instituiu Grupo de Trabalho para atuar junto ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), Ministério da Justiça e Banco Central no desenvolvimento da Avaliação Nacional de Riscos (ANR), etapa preparatória da avaliação do Brasil pelo Grupo de Ação Financeira contra a Lavagem de Dinheiro e Financiamento do Terrorismo (Gafi), prevista para o final do ano. O objetivo da ANR é identificar e compreender os riscos da lavagem de dinheiro, do financiamento do terrorismo e do financiamento da proliferação de armas de destruição em massa no país, a fim de subsidiar ações de órgãos e entidades competentes para a adoção de medidas de prevenção e combate a esses crimes.

A criação do GT se deu após convite do Coaf para que o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) participasse da ANR. Com isso, os membros do MPF passaram a ser demandados a fornecer diversos dados estatísticos sobre as principais ameaças que os crimes relacionados à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo têm para o Estado, de modo a identificar o grau de risco dessas práticas. “Precisávamos de dados que as Câmaras de Coordenação e Revisão do MPF têm, por isso achamos mais conveniente criar um GT responsável por disponibilizar as informações necessárias para essa avaliação”, explicou o procurador da República Guilherme Raposo.

O GT terá 12 integrantes, entre membros e servidores das Câmaras Criminal (2CCR), de Meio Ambiente e Patrimônio Cultural (4CCR), de Combate à Corrupção (5CCR) e de Sistema Prisional e Controle Externo da Atividade Policial (7CCR), além de integrantes das Secretarias de Cooperação Internacional (SCI); de Perícia, Pesquisa e Análise (Sppea); e Jurídica e de Documentação (Sejud). As atividades do grupo serão conduzidas pela subprocuradora-geral da República Luiza Fricheisen, coordenadora da 2CCR. Para ela, a identificação, avaliação e compreensão desses riscos “constitui uma parte essencial do desenvolvimento e da aplicação prática de um regime nacional antilavagem de dinheiro, auxiliando as autoridades no estabelecimento de prioridades e na alocação eficiente de recursos”.

Gafi - Criado em 1989, o Gafi é uma organização intergovernamental com propósito de desenvolver e promover políticas nacionais e internacionais de combate à lavagem de

dinheiro e ao financiamento do terrorismo. Ele atua em prol da realização de reformas legislativas e regulatórias nessas áreas.

O grupo criou um guia com 40 recomendações para que os países signatários adotem padrões e promovam a efetiva implementação de medidas legais, regulatórias e operacionais de combate a crimes que ameaçam o sistema financeiro. O Gafi realiza avaliações periódicas nos 180 signatários para comprovar se as medidas estão sendo implementadas.

[Portaria nº 195/2020](#)

[Portaria nº 269/20](#)

[Voltar ao topo](#)

MPF divulga seminário on-line sobre crimes cibernéticos no contexto da pandemia de covid-19



A atividade é oferecida pela Associação Internacional de Procuradores (IAP) e conduzida por procuradora especialista no tema

A Secretaria de Cooperação Internacional do Ministério Público Federal (SCI/MPF) divulga para os membros interessados o Seminário on-line gratuito Crimes Cibernéticos em Tempos de Covid - Desafios para Procuradores, que será realizado em 30 de abril, às 10 horas,

horário de Brasília. A atividade, promovida pela Associação Internacional de Procuradores (IAP), será em inglês, e as inscrições devem ser feitas diretamente com os organizadores, pelo e-mail la@iap-association.org.

O seminário tem o objetivo de fornecer uma visão das tendências da criminalidade cibernética durante o atual período de crise gerado pela pandemia de covid-19 e apontar os possíveis desafios para investigações criminais. Na capacitação, serão discutidas estratégias de prevenção e combate a crimes praticados por meio da internet, considerando que os criminosos cibernéticos também estão usando o contexto de crise em proveito próprio.

A atividade será conduzida pela procuradora de Estado Eleliis Rattam, da Procuradoria-Geral da Estônia, que tem experiência em crimes cibernéticos, crimes contra a segurança do Estado e terrorismo. No encontro, ela abordará a importância dos desenvolvimentos efetivos de Tecnologias da Informação nesses momentos extraordinários e dará uma visão geral sobre os processos criminais digitais e suas oportunidades. Os participantes serão convidados a fazer perguntas e comentários e iniciarem um debate sobre suas experiências no tema. Serão emitidos certificados de participação.

Serviço

Seminário on-line Crimes Cibernéticos em Tempos de Covid - Desafios para Procuradores

Data: 30 de abril de 2020

Horário: 10h (horário de Brasília)

Inscrições: la@iap-association.org

[Mais informações](#)

[Voltar ao topo](#)

SCI divulga cursos on-line para membros e servidores sobre enfrentamento da criminalidade global



Treinamentos serão oferecidos pelo UNODC e fazem parte da iniciativa Education for Justice

A Secretaria de Cooperação Internacional (SCI) informa aos membros e servidores do MPF que o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes (UNODC), com apoio da Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), está oferecendo cursos on-line gratuitamente em seu site. Os treinamentos, disponibilizados em inglês e espanhol, fazem parte da iniciativa Education for Justice (E4J), à qual a SCI vem acompanhando por meio de parceria com o UNODC.

As capacitações serão oferecidas em módulos projetados para uso autônomo e também como meio de complementar formações nas áreas de criminologia, direito, ciência política, relações internacionais, negócios, sociologia e outras. Vão ser tratados assuntos referentes à ética e integridade, ao combate à corrupção, à prevenção ao crime e Justiça criminal, ao crime organizado, ao tráfico de pessoas e contrabando de migrantes, ao tráfico de armas de fogo, ao crime cibernético, aos crimes contra o meio ambiente e ao contraterrorismo.

Na [plataforma do site do UNODC](#), é possível que o usuário monte seu próprio curso escolhendo, a partir de suas necessidades, elementos dos módulos sobre os diferentes temas apresentados. Os interessados também podem fazer a inscrição em uma rede que conecta, entre si, palestrantes e a equipe da E4J.

Além disso, podem ser encontradas no site informações sobre eventos passados e futuros, biblioteca de recursos, notícias e webstories relacionadas às várias áreas temáticas dos módulos do E4J como, por exemplo, o documentário *The Struggle against Corruption*, que apresenta ideias sobre casos de corrupção e como ocorre seu combate pelo mundo. O documentário reúne a experiência de profissionais da área de combate à corrupção e crime econômico do UNODC e de acadêmicos que trabalham nas iniciativas da E4J e da Anti-corruption Academic Initiative (Acad), outra iniciativa também acompanhada pela SCI.

Education for Justice (E4J) - A E4J foi desenvolvida para apoiar educadores, professores universitários e operadores do direito na transmissão de conhecimentos referentes à

promoção da justiça. Faz parte da iniciativa a contribuição de mais de 600 acadêmicos e especialistas de 550 universidades espalhadas por 114 países.

[Voltar ao topo](#)

MPF requisita inquérito policial para investigar expedição missionária em área de índios isolados [Atualizada]



Suposta invasão à TI Vale do Javari, no estado do Amazonas, estaria em planejamento

O Ministério Público Federal (MPF) requisitou nesta quarta-feira (25) à Polícia Federal (PF) a instauração de inquérito para investigar e impedir suposta expedição missionária com o objetivo de realizar contato com índios isolados da Terra Indígena Vale do Javari, no estado do Amazonas. Na avaliação do órgão, caso seja confirmada, a expedição representa grave risco à saúde dos indígenas, uma vez que são extremamente vulneráveis a doenças, podendo seu contato desencadear grande mortandade ou mesmo dizimar populações inteiras. Também foram solicitadas informações à Fundação Nacional do Índio (Funai) e ao missionário apontado como responsável pela excursão.

Matéria jornalística divulgada nessa terça-feira (24) pelo jornal O Globo revelou as supostas intenções do missionário Andrew Tonkin de realizar expedição no território Igarapé Lambança, habitado por índios em situação de isolamento voluntário. De acordo com o coordenador da Câmara de Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais do MPF (6CCR), subprocurador-geral da República Antônio Bigonha, além

de riscos à saúde dos índios, a entrada sem autorização em seu território pode configurar crime contra a saúde pública, dentre outros ilícitos penais.

Além de requisitar a investigação à Polícia Federal, o MPF encaminhou ofícios à Funai, solicitando informações acerca das providências adotadas para impedir a entrada do missionário ou outros na terra indígena, e ao próprio Andrew Tonkin. O missionário tem prazo de 24 horas para se manifestar sobre o conteúdo da reportagem e informar se tem autorização oficial para ingresso em terra indígena, quem financia a referida expedição e, ainda, o nome de possíveis outras pessoas envolvidas na jornada.

A Constituição de 1988 estabeleceu a política de não contato com povos indígenas isolados, cabendo ao Poder Público zelar pela proteção e inviolabilidade de seus territórios. Qualquer contato com esses povos tradicionais deve partir de iniciativa própria e exclusiva deles, não sendo permitido o ingresso de missionários religiosos, madeireiros, garimpeiros e outras pessoas desautorizadas nas terras indígenas.

Covid-19 - Na última segunda-feira (23), em resposta à recomendação do Ministério Público Federal, a Funai alterou a Portaria 419/2020 - que estabelecia medidas temporárias de prevenção à infecção e propagação da covid-19 em terras indígenas - para prever que apenas a Coordenação-Geral de Índios Isolados e de Recente Contato pode autorizar, de forma excepcional, atividades que impliquem contato com indígenas isolados ou de recente contato. Na redação original, a autorização havia sido delegada às Coordenações Regionais (CrS).

Segundo defendeu o MPF na recomendação, no entanto, as CRs “não têm entre suas atribuições a competência para executar ações de contato e pós contato, nem dispõem, no seu quadro de pessoal, de servidores com capacitação específica para lidar com as especificidades das políticas voltadas aos povos isolados e de recente contato, especialmente em situação de crise epidemiológica”. O órgão alertou, ainda, que uma ação de contato por instância sem capacidade legal e técnica para tomar decisões referentes aos povos isolados pode agravar a exposição à covid-19 de povos que já têm pouca ou nenhuma capacidade de resposta imunológica ao vírus.

Cooperação internacional - Nesta quinta-feira (26), a Secretaria de Cooperação Internacional (SCI) e a Câmara de Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais do MPF enviaram ofícios à Embaixada dos Estados Unidos, no Brasil, e ao Ministério das Relações Exteriores (MRE). Nos documentos, a SCI e a 6CCR solicitam a colaboração do MRE e das autoridades dos EUA para impedir a expedição às terras indígenas.

Os ofícios destacam a gravidade do contato com povos indígenas em situação de isolamento, “os quais são extremamente vulneráveis a agentes patogênicos externos, podendo desencadear grande mortandade ou mesmo dizimar populações inteiras, em especial levando-se em conta a declaração de pandemia provocada pelo novo coronavírus (covid19), e de emergência em saúde pública de importância internacional pela Organização Mundial da Saúde (OMS), e semelhante decretação de emergência em âmbito nacional no Brasil”.

A SCI e a 6CCR também informam à Embaixada dos Estados Unidos que o Ministério Público Federal brasileiro requisitou investigação à Polícia Federal, além de ter encaminhado solicitação de medidas protetivas ao índio à Fundação Nacional do Índio (Funai).

[Requisição de IPL](#)

[Ofício a Funai](#)

[Ofício a Andrew Tonkin](#)

**Matéria atualizada às 18:26, de 31/3/2020, para inclusão da retranscrição "cooperação internacional"*

Secretaria de Comunicação Social
Procuradoria-Geral da República
[61\) 3105-6406](tel:(61)3105-6406) / 6415
pgr-imprensa@mpf.mp.br
[facebook.com/MPFederal](https://www.facebook.com/MPFederal)
twitter.com/mpf_pgr
[instagram.com/mpf_oficial](https://www.instagram.com/mpf_oficial)
www.youtube.com/tvmpf

Relacionadas

- [Covid-19: Funai acata recomendação do MPF para garantir proteção a indígenas isolados](#)
- [Covid-19: MPF envia recomendação à Funai para garantir proteção de índios isolados](#)

[Voltar ao topo](#)

SCI lança versão em português do guia argentino de cooperação internacional



Documento busca comunicação direta e rápida entre Ministérios Públicos, garantindo a cooperação interinstitucional e o envio de informação de modo espontâneo

A Secretaria de Cooperação Internacional (SCI) do Ministério Público Federal (MPF) lançou, nesta quinta-feira (26) o “Guia para a cooperação internacional urgente em casos relacionados à pandemia de covid-19”. O documento foi elaborado pela Direção-Geral de Cooperação Regional e Internacional da Procuradoria-Geral da Nação da República Argentina.

O guia foi produzido em virtude da situação mundial em relação à pandemia de covid-19, tendo em vista a necessidade de trocas de informação com outros países sobre os crimes relacionados. O objetivo é viabilizar uma comunicação direta e rápida entre Ministérios Públicos, garantindo a cooperação interinstitucional entre MPs e o envio de informação de modo espontâneo.

O documento procura facilitar a tarefa de trocas e de envios de informação entre diferentes países em um contexto sumamente complexo, especialmente no tocante à atuação transnacional para crimes transfronteiriços. Para isso, traz informações em relação a três pontos: cooperação interinstitucional entre Ministérios Públicos, procedimentos de solicitação de uma cooperação interinstitucional e procedimento de envio espontâneo de informação.

[Acesse o guia](#)

Secretaria de Comunicação Social
Procuradoria-Geral da República
[61\) 3105-6406](tel:(61)3105-6406) / 6415
pgr-imprensa@mpf.mp.br
facebook.com/MPFederal
twitter.com/mpf_pgr
instagram.com/mpf_oficial
www.youtube.com/tvmpf

[Voltar ao topo](#)

Intercâmbio sobre combate à corrupção dos sistemas de Justiça do Brasil e da França é tema de reunião



Secretário de Cooperação Internacional do MPF, Hindemburgo Chateaubriand recebeu comitiva da Agência Francesa Anti-Corrupção (AFA)

O subprocurador-geral da República e secretário de Cooperação Internacional do Ministério Público Federal (MPF), Hindemburgo Chateaubriand, e o secretário adjunto André Lasmar, receberam, na tarde dessa quarta-feira (11), na sede da Procuradoria-Geral da República, em Brasília, o diretor da Agência Francesa Anti-Corrupção (AFA), Charles Duchaine, e comitiva. Durante a visita, os representantes dos dois países trocaram informações sobre os respectivos sistemas de Justiça, com foco no combate à corrupção.

Estabelecida em 2016, a AFA tem papel fundamental na prevenção à corrupção na França, por meio de suas funções de conselho e, principalmente, de controle (compliance). Embora não desempenhe papel direto na investigação e persecução de casos de corrupção, a AFA tem demonstrado alta capacidade de detecção, estando encarregada, sob orientação do Ministério público francês, da execução das chamadas “convenções judiciais de interesse público”, em relação às pessoas jurídicas naquele ordenamento e também em casos de corrupção transnacional; instituto que se assemelha aos acordos de leniência do sistema brasileiro.

A conversa girou em torno da comparação das legislações do Brasil e da França, a atuação de cada país nos âmbitos da persecução e da transação penais, e as características dos diversos institutos usados nos ordenamentos brasileiro, francês e também europeu. Ao fim do encontro, o secretário de Cooperação Internacional observou as semelhanças e o “sentido comum” da atuação de ambos os países, destacando a importância do intercâmbio de informações para se conhecer a “evolução dos dois países sobre novos institutos para conferir dinamismo ao combate à corrupção”.

A reunião contou também com a presença do magistrado de Ligação Francês no Brasil, Alain Zakrajsek, e da coordenadora de Relações Internacionais da AFA, Isadora Zubek. O diretor da AFA colocou-se à disposição para a cooperação técnica entre as instituições, assim como o aprofundamento da troca de informações com o Ministério Público Federal.

Secretaria de Comunicação Social
Procuradoria-Geral da República
(61) 3105-6406 / 6415
pgr-imprensa@mpf.mp.br
facebook.com/MPFederal
twitter.com/mpf_pgr
instagram.com/mpf_oficial
www.youtube.com/tvmpf

[Voltar ao topo](#)

SECRETARIA DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

www.mpf.mp.br • pgr-internacional@mpf.mp.br

Tel.: (61) 3105-5820

Boletim produzido pela Secretaria de Comunicação Social

MPF
Ministério Público Federal